

Sarney adverte para risco de enfraquecimento da Federação

"Se não dermos aos estados e municípios condições de sobrevivência, vamos ter problemas com a unidade nacional", adverte o presidente do Senado

Cemitério de obras inacabadas

Os senadores Carlos Wilson (PSDB-PE) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) denunciam que o Brasil se transformou em um "cemitério de obras inacabadas". Como presidente e relator da Comissão de Obras

Inacabadas, eles estiveram em Porto Alegre (RS), Lages (SC) e Curitiba (PR). Os senadores consideraram extremamente positiva a primeira etapa de um roteiro que se estenderá por todo o país.

Página 4

Patentes: Vence hoje prazo para votos em separado

Página 4

Sem imposto, cesta custaria 25% menos

Se o governo federal e os estados eliminarem os impostos sobre a cesta básica, seu preço cairá de R\$ 105,00 para R\$ 78,00 (menos 25,7%), previu em plenário o senador Osmar Dias (PSDB-PR). Por isso, ele considera que qualquer reforma tributária deve buscar o fim dos impostos sobre o setor agrícola. Página 2



Lucena: Estados destinam até 19% para pagar dívida com União

Dívida deixa os Estados ingovernáveis, diz Lucena

A situação dos estados é hoje "de total ingovernabilidade", com algumas administrações destinando até 19% de sua receita para o pagamento de sua dívida com a União e órgãos federais, um percentual muito superior aos 11% previstos na Resolução nº 11, de 94, do Senado. O alerta foi feito pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), autor de um dos três proje-

tos com o objetivo de alterar a Resolução nº 11.

Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou que os congressistas não podem aprovar uma reforma tributária que viabilize a União e inviabilize os estados e municípios, enquanto Edison Lobão (PFL-MA) concordou com Lucena, afirmando que o governo federal não pode continuar enfocando os governos estaduais.

Comissão marca debate para o dia 13

A Comissão de Assuntos Econômicos adiou para o próximo dia 13, por determinação do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), presidente da Comissão, a reunião secreta que seria realizada hoje para debater assuntos relativos às perspectivas de investimentos, face ao quadro



Gilberto Miranda

analísada, para deliberação, uma pauta com 40 itens.

atual de endividamento dos Estados e do Distrito Federal.

Também ficou transferida a reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o dia 13, quando será analisada, para deliberação, uma pauta com 40 itens.

As dificuldades enfrentadas pelos estados e municípios, impossibilitados de cumprir suas missões por falta de recursos, e em determinados casos caminhando para a falência, preocupam o presidente do Senado, José Sarney. Ele alertou ontem para os efeitos negativos dessa situação sobre a coesão federativa. A reforma tributária, como está sendo proposta, segundo Sarney, poderá agravar a situação.

- Se não dermos aos estados e municípios condições de sobrevivência, vamos ter problemas com a unidade nacional, mesmo que não seja nessa geração. Cabe aos políticos usar a visão de estadista, e não adotar medidas que levem à fragmentação do país - afirmou.

Falando ao Colegiado de Presidentes de Assembleias Legislativas e Câmara Legislativa do DF, que recebeu em audiência na tarde de ontem, Sarney disse que o problema não é novo - pois já se verifica nos últimos anos uma tendência de fortalecimento da União, em detrimento dos estados e municípios - e ainda poderá ser agravado por novas propostas:

- A reforma tributária está sendo discutida com um enfoque errado, só na redistribuição dos recursos já existentes - afirmou.

Sarney comprometeu-se com o Colegiado a convocar os líderes partidários no Congresso para examinar a tramitação de propostas de interesse dos estados e municípios formuladas pela entidade, assim que sejam concretizadas sob a forma de emendas constitucionais.

Osmar Dias: Preço da cesta básica cai 25% com isenção

Senador considera tímida a proposta do governo e adverte que verdadeira reforma tributária deve taxar mais a renda e o patrimônio, e menos o trabalho e a produção

Valmir pede aprovação de reajuste para militares

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) solicitou ontem que o Congresso aprecie com agilidade a medida provisória que concede um reajuste médio de 20% para os servidores militares da ativa e da reserva. Ele é favorável à aprovação, mesmo considerando que o reajuste é modesto e que o governo está devendo uma política de remuneração justa a todos os servidores, civis e militares.

Na opinião de Campelo, a insuficiência dos soldos é evidenciada pelo baixo índice de participação dos gas-

tos do governo com as Forças Armadas, que não ultrapassam 0,8% do PIB (Produto Interno Bruto). O Chile investe 2,7% e a Argentina, 1,7% do seu PIB, citou ele. Outro resultado da falta de investimentos no setor foi, segundo ele, a falência da indústria de material bélico nacional, "que chegou a figurar como a quinta maior do mundo e hoje não consegue suprir as forças do seu próprio país".

Valmir Campelo ressaltou que, com o reajuste, um general continuará recebendo muito pouco, cerca de R\$ 3.600 mensais. Mas a decisão presi-



Valmir Campelo

dencial permitirá, a seu ver, que os militares tomem fôlego para sair do "sufoco que atinge o assalariado brasileiro como um todo".

Se o governo federal e os estados eliminarem todos os impostos cobrados sobre a cesta básica, seu preço cairá de R\$ 105,00 para R\$78,00 (menos 25,7%), previu em plenário o senador Osmar Dias (PSDB-PR). Por isso, ele considera que qualquer reforma tributária deve buscar o fim dos impostos sobre o setor agrícola, especialmente os produtos da cesta básica.

Osmar Dias, depois de considerar "tímida" a proposta de reforma tributária do governo, destacou que uma verdadeira reforma deve reduzir as injustiças sociais e diminuir os impostos. Além disso, a origem dos impostos deve ser basicamente a renda e o patrimônio, preservando ao máximo o trabalho e a produção.



Osmar Dias

"Hoje, 80% da nossa arrecadação saem da produção e do trabalho e só 20% vêm do patrimônio e da renda", informou o senador pelo Paraná. É por causa de distorções como esta, ponderou, que metade da renda nacional está concentrada nas mãos de apenas 10% dos brasileiros.

Comissão do São Francisco debate meio ambiente

A partir da próxima semana, a Comissão Especial do Vale do São Francisco, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), passa a debater os problemas ligados ao meio ambiente e recuperação ambiental, depois de ter examinado em detalhes, questões ligadas à irrigação pública e privada, aproveitamento do cerrado, comercialização da produção, programas governamentais, geração de energia, política de financiamento, e transportes.

Para o dia 12 está programado painel sobre o meio ambiente e recuperação ambiental, e na semana seguinte, a sessão de exposição e debates girará em torno da política de recursos hídricos e gerenciamento.

Em 3 de outubro, haverá exposição sobre a experiência da agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná. Sete dias depois, será a vez de o ministro da Irrigação e do Meio Ambiente, Gustavo Krause, expor os planos

de sua pasta para a área. No mesmo mês, o secretário de Desenvolvimento Regional, Cícero Lucena, falará sobre o desenvolvimento do São Francisco e transposição de águas, e os governadores de estados ligados ao rio virão expor seus projetos.

O funcionamento da Comissão encerra-se em novembro, com realização de painel sobre o Movimento em Defesa do Rio São Francisco e a apresentação e votação do relatório final.

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

Despachos internos.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.094/95 - Conselho Nacional de Educação.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e indicação do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

18h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.087/95, que dispõe sobre a fixação das mensalidades escolares.

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e indicação do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

Suplicy quer ouvir secretário sobre "grampo"

Segundo o senador, operação de escuta clandestina no telefone da Contag viola os direitos constitucionais de privacidade e de associação



Jefferson Peres

Jefferson pede ação contra o contrabando

A partir de reportagem publicada na revista "Veja", o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) cobrou ontem uma providência efetiva do governo no sentido de coibir o contrabando no país. Segundo o senador, a reportagem mostra a convivência de funcionários alfandegários com sonegadores. "Duas e meia a três toneladas de produtos por pessoa, passando livremente nos aeroportos, não é excesso de bagagem", afirmou Peres.

De acordo com dados apresentados por Jefferson Peres, cerca de 45% de todos os produtos eletroeletrônicos e 50% de todos os relógios comercializados no Brasil são contrabandeados através de Ciudad del Este, na fronteira com o Paraguai. Somente com esse contrabando realizado através de Ciudad del Este, o Brasil deixa de arrecadar US\$ 2 bilhões por ano.

O senador denunciou ainda a "complacência" das autoridades com a "Feira do Paraguai", que funciona em Brasília, ao lado do ginásio de esportes Nilson Nelson. Segundo ele, ao questionar os fiscais da Secretaria da Fazenda do Distrito Federal sobre a falta de rigor na fiscalização da "Feira do Paraguai", foi informado de que se tratava de um "problema político".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) requereu ontem a convocação do secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira, para prestar esclarecimentos sobre operações de escuta clandestina na Contag (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura), em Brasília, denunciadas na edição desta semana da revista "Veja". Ele ressaltou que a denúncia partiu de um subordinado do secretário e que a escuta viola os direitos constitucionais de privacidade e de associação.

Suplicy também comentou que os últimos episódios envolvendo sem-terras em

Corumbiara (RO) e Pontal do Paranapanema (SP) são devidos à paralisação do programa de reforma agrária do governo Fernando Henrique Cardoso. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) insistiu que os culpados pelas mortes em Corumbiara devem ser punidos, mas considerou que o Movimento dos Sem-Terra (MST) tem sido conduzido com "demagogia e irresponsabilidade". Ele estranhou, por exemplo, que o MST prefira invadir novas áreas próximas



Eduardo Suplicy

à Zona da Mata, ao invés de ocupar as que já estão desapropriadas naquela região nordestina.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) registrou, em aparte, que o PT dá muita atenção à reforma agrária e ignora "que está sendo feita uma reforma agrária às avessas no país". Segundo ele, cerca de 600 mil pequenos produtores estão abandonando suas propriedades por não terem condições de produção.

Dutra questiona critérios de avaliação da Vale

Com dados sobre o desempenho da empresa, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) reafirmou ontem seu voto contrário à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. O senador disse que não encara a privatização da CVRD como dogma, mas como uma questão estratégica para qualquer país e por uma pergunta ainda não respondida: "Quanto vale a Vale?".

De acordo com os dados apresentados por Dutra, a CVRD detém muitas reservas de recursos minerais que precisam ser corretamente avaliadas. Segundo o senador, a CVRD tem reservas de ferro que chegam a 37,5 bilhões de toneladas; bauxita, 1,1 bilhão de toneladas; manganês, 138 milhões de toneladas; ouro, 13 milhões de toneladas; e de cobre, com 1,2 bilhão de toneladas. O senador disse não con-



José Eduardo Dutra



José Roberto Arruda

cordar com o critério de avaliação através do fluxo de caixa da empresa.

- Nem dentro do estereótipo da empresa estatal mal administrada e que dá prejuízo, ela se encaixa. Os índices de produtividade são semelhantes aos de empresas japonesas, o quadro de pessoal está sendo enxugado nos últimos anos, passando de 23 mil para os atuais 15.431 funcionários, além de ser lucrativa com US\$ 650 milhões/ano, projetando um lucro de US\$ 3 bilhões nos próximos três anos - destacou o senador.

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB), em aparte, explicou que, em 1990, o Congresso Nacional aprovou a lei que regulamentava as privatizações e lembrou a luta contra alguns aspectos dessa lei. Um dos itens aprovados foi o que permitia ao Congresso avocar qualquer processo de privatização para exame. "O presidente Collor vetou esse dispositivo e, infelizmente, o Congresso Nacional manteve o veto", lamentou o senador.

Também em aparte, o senador José Roberto Arruda (DF) disse que, em um regime presidencialista, o Congresso deveria cuidar da legislação sobre questões permanentes e o Poder Executivo cuidaria das questões transitórias. Afirmando não estar ainda convencido da necessidade de privatizar a Vale do Rio Doce, Arruda concordou que o caso merece uma "análise particular".

Comissão defende o fim do cemitério de obras inacabadas

Presidente e relator conhecem situação nos estados do Sul e pedem uma posição séria, de concluir o que foi iniciado



Fernando Bezerra

Patentes: votos têm prazo até hoje

A secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado espera receber até hoje todos os votos em separado com que alguns parlamentares pretendem alterar o relatório do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) que oferece um substitutivo à lei de patentes aprovada pela Câmara dos Deputados. O parecer de Fernando Bezerra altera o relatório sobre a lei da propriedade industrial aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado em dois pontos relevantes: a questão do "pipeline" e o patenteamento de microorganismos.

O relatório da Comissão de Constituição e Justiça mudou o projeto aprovado pelos deputados com a supressão do "pipeline" (mecanismo que reconhece patentes já tornadas públicas, com efeito retroativo) e o envio da questão do patenteamento de microorganismos para uma legislação específica, a ser elaborada pelo Congresso. O senador Fernando Bezerra, como relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, reintroduziu o reconhecimento do "pipeline" e aceitou o patenteamento de microorganismos.

O Brasil é um cemitério de obras inacabadas. Está foi a conclusão a que chegaram os senadores Carlos Wilson (PSDB-PE) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) ao fazer, na manhã de ontem, uma avaliação da visita realizada no final de semana ao Sul do país, onde vistoriaram diversas obras paralisadas.

Presidente e relator da comissão do Senado que investiga as obras inacabadas, Carlos Wilson e Casildo Maldaner estiveram em Porto Alegre (RS), Lages (SC) e Curitiba (PR). Os senadores consideraram extremamente positiva a primeira etapa de um roteiro que se estenderá por todo o país. A inspeção foi baseada em informações previamente obtidas pela comissão junto a prefeitos e governadores sobre a situação das

obras inacabadas.

Tivemos uma experiência bem mais profunda ao visitar pessoalmente as obras, e

chegamos à conclusão de que o quadro é muito mais grave do que pensávamos no início. Por isso, o Brasil precisa optar por uma posição séria, que é concluir aquilo que foi iniciado - ponderou Carlos Wilson. Em Porto Alegre os senadores vistoriaram as obras da Termelétrica de Jacuá-I, na qual o governo tem despesas elevadas com manutenção dos equipamentos.

No encontro mantido com o



Casildo Maldaner



Carlos Wilson

governador Antônio Britto, os senadores ficaram sabendo de outro problema que consideraram absurdo. Trata-

se da Usina de Candiota. Sua construção foi iniciada em 1975, no governo Geisel, numa transação com o governo da França. O Brasil adquiriu todo o equipamento para Candiota, quando o deputado Delfim Neto ainda era ministro da Fazenda, e até hoje o governo está gastando, por ano, 1 milhão e 300 mil dólares pela taxa de armazenamento do material nos portos franceses.

Proposta para registro de veículos é enviada à CCJ

Foi enviado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por despacho do presidente do Senado, José Sarney, anteprojeto de lei instituindo o Registro Nacional de Propriedade de Veículos Automotores, aproveitando a estrutura do Registro Civil das Pessoas Naturais. A proposta, inspirada no direito argentino, foi apresentada a Sarney pelos

desembargadores corregedores-gerais de Justiça de São Paulo, Antônio Carlos Alves Braga, e do Rio Grande do Sul, Décio Antônio Erpen.

O objetivo principal da inovação, segundo os dois desembargadores, é proteger o cidadão, que passaria a ter acesso a uma "folha corrida" do veículo que deseja comprar, com sua real situação, passada e atual.

Homenagem a político potiguar

O senador José Agripino Maia (PFL-RN) manifestou seu pesar pelo falecimento do político potiguar Ezíquio Fernandes, ocorrido no dia 31 de agosto, ressaltando a sua vida pública, que "merece todo o nosso respeito e admiração."

De acordo com o senador, Ezíquio Fernandes foi um dos mais probos homens públicos do sertão do Rio Grande do Norte, tendo exercido por duas vezes os mandatos de deputado estadual e de prefeito de São Miguel, naquele estado.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.